

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

TALES AMARAL PERUFO

**AÇÕES DA COOPERATIVA SUL ECOLÓGICA SOBRE A
AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO DE PELOTAS-RS**

PORTO ALEGRE

2011

TALES AMARAL PERUFO

**AÇÕES DA COOPERATIVA SUL ECOLÓGICA SOBRE A
AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO DE PELOTAS-RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto

PORTO ALEGRE

2011

TALES AMARAL PERUFO

**AÇÕES DA COOPERATIVA SUL ECOLÓGICA SOBRE A
AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO DE PELOTAS-RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Aprovado em: Porto Alegre, 24 de Agosto de 2011.

.....
Prof. Dr. Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto (Orientador)

.....
Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva

.....
Prof. Msc. Chaiane Leal Agne

AGRADECIMENTOS

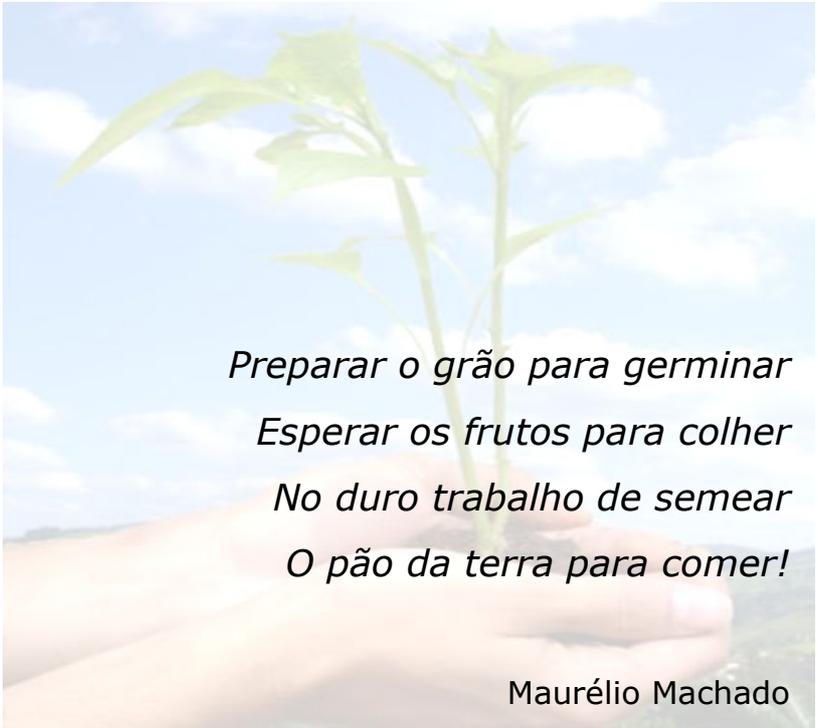
A Deus pela energia e luz no meu caminho e direção na minha vida.

A minha esposa Fernanda pelo incentivo e estrutura para chegar até o final do curso, mesmo durante nossa mudança de vida.

Ao Governo Federal, pelo programa Universidade Aberta do Brasil, que proporciona cursos de qualidade através UFRGS, nos mais longínquos rincões do Rio Grande do Sul.

Às tutoras de apoio presencial "*as pit-bulls*" Débora e Deusi, pelo incentivo incansável durante todo o curso, como também da coordenadora Sandra.

Aos colegas: Rudson, Sérgio, Anderson Tiago e Geane, pela parceria nos diversos trabalhos em grupos que participamos juntos.

A photograph of a young green plant with several leaves, held gently in a person's hand. The background is a bright blue sky with scattered white clouds. The image is slightly faded, giving it a soft, ethereal appearance.

*Preparar o grão para germinar
Esperar os frutos para colher
No duro trabalho de semear
O pão da terra para comer!*

Maurélio Machado

RESUMO

O trabalho foca na identificação da origem e da realidade socioeconômica que envolve a agricultura familiar e sua importância para a economia regional agrícola. De cunho bibliográfico, o estudo aborda itens relevantes acerca da agricultura e das políticas públicas importantes para o trabalhador rural como a Previdência Social, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF) e o Programa Aquisição de Alimentos (PAA). A pesquisa exibe um estudo descritivo com abordagens qualitativa e quantitativa, mostrando dados do IBGE, através do Censo Agropecuário de 2006, onde o Brasil conta com 84,4% estabelecimentos agrícolas oriundos de agricultura familiar, sendo 38% responsável pelo valor bruto de produção do país; que a agricultura familiar nos últimos anos passou a produzir mais, gerou mais empregos e renda; que também é a responsável por garantir a segurança alimentar da população de forma sustentável, não só socialmente e economicamente, como ambientalmente, sem agressão ao meio ambiente. Momentos importantes que marcaram a agricultura familiar, como a criação do PRONAF que favorece o agricultor, em nível nacional, a produzir e a adquirir equipamentos mais sofisticados para poder aumentar a produção; e a criação da Cooperativa Sul Ecológica de Pelotas-RS, com base social em nove municípios, objetivando expandir produtos agroecológicos altamente confiáveis no mercado consumidor, priorizando a saúde deste, mas também, com vistas no retorno econômico, importante e indispensável benefício, para as famílias dos agricultores.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Políticas Públicas. Desenvolvimento sustentável.

RESÚMEN

El trabajo se centra en la identificación del origen y la realidad socio-económica que consiste en la agricultura familiar y su importancia para la economía agrícola regional. Naturaleza de la literatura, el estudio se centra en los temas pertinentes de la agricultura y las políticas públicas importantes para los trabajadores rurales, tales como Seguro Social, el Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar (PRONAF) y el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA). Esto devuelve un estudio descriptivo con métodos cualitativos y cuantitativos, que muestran los datos del IBGE, a través del Censo Agropecuario 2006, donde Brasil tiene 84,4% de las explotaciones de la agricultura familiar, responsable del 38% del valor bruto de la producción país, que la granja familiar en los últimos años comenzaron a producir más, crear más empleos e ingresos, que también es responsable de garantizar la seguridad alimentaria de la población de una manera sostenible, no sólo social y económicamente y ambientalmente, sin daño para el medio ambiente . Momentos importantes que marcaron la granja de la familia como la creación de PRONAF que favorece a los agricultores a nivel nacional, para producir y adquirir equipos más sofisticados con el fin de aumentar la producción y la creación de la Cooperativa Ecológica Pelotas Sul, sobre la base de sociales nueve municipios, con el objetivo de ampliar la agro-ecológico de productos de gran fiabilidad en el mercado de consumo, dando prioridad a la salud de este, sino también con miras en el rendimiento económico, beneficio importante e indispensable para las familias de los agricultores.

Palabras clave: Agricultura Familiar. Políticas Públicas. El desarrollo sostenible.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	–	A história das políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil	24
Figura 1	–	Mudanças na Previdência Social Rural depois da Constituição de 1988	26
Quadro 2	–	Mecanismos usados para compras pelo CONAB	30
Quadro 3	–	Tipos de ocupações de terra	34
Figura 2	–	Mapa ilustrativo da microrregião de Pelotas/RS	41
Figura 3	–	Principais produtos comercializados pela Sul Ecológica	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estabelecimento e área da agricultura familiar Brasil, Rio Grande do Sul, e região de Pelotas	18
Tabela 2 – Produtos orgânicos para compra em Pelotas, RS	46

LISTA DE SIGLAS

AGF	–	Aquisição do Governo Federal
ATER	–	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAPA	–	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CEF	–	Caixa Econômica Federal
CONAB	–	Companhia Nacional de Abastecimento
CPR	–	Cédula do Produtor Rural
CRESOL	–	Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
DAP	–	Declaração de Aptidão ao PRONAF
EGF	–	Empréstimo do Governo Federal
EMBRAPA	–	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMATER	–	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FETAGRI	–	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Mato Grosso
FNDE	–	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	–	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	–	Instituto Nacional de Seguridade Social
MAPA	–	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	–	Ministério do Desenvolvimento Agrário
OCS	–	Organismo de Controle Social
PAA	–	Programa Aquisição de Alimentos
PGPM	–	Políticas de Garantias de Preços Mínimo
PNAE	–	Programa Nacional de Alimentação Escolar.
PRONAF	–	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura
PRONAT	–	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
RS	–	Rio Grande do Sul
SAF	–	Secretaria de Agricultura Familiar
SNCR	–	Sistema Nacional de Crédito Rural
SUDENE	–	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
VPB	–	Valor Bruto de Produção

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 PROBLEMA DA PESQUISA	12
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 Objetivo Geral	12
1.2.2 Objetivos específicos	12
2 AGRICULTURA FAMILIAR	14
2.1.A ORIGEM DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	15
2.2 O ESTABELECIMENTO AGRÍCOLA: UM LUGAR DE TRABALHO FAMILIAR ..	16
2.3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	17
2.4 TRANSFORMAÇÕES RECENTES DA AGRICULTURA	19
2.4.1 A industrialização	22
3 POLÍTICAS PÚBLICAS	24
3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS À AGRICULTURA	25
3.2 A FRAGILIDADE E O PARADIGMA DO SISTEMA PRODUTIVO	33
3.3 A RELAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR COM A AGROINDÚSTRIA	34
4 METODOLOGIA	37
5 RESULTADOS	39
5.1 CONHECENDO A SUL ECOLÓGICA	39
5.1.1 Ações regionais promovidas pela Cooperativa	40
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

As mudanças proporcionadas pela globalização têm induzido à reestruturação nos setores econômicos, afetando, de forma positiva e negativa, todos os grupos sociais, urbanos e rurais.

Diante disso, vê-se que a problemática da agricultura familiar no Brasil já vem de longos anos, e somente a partir da década de 1990 é que as mudanças econômicas, sociais e políticas começaram a sobrevir, acontecendo assim, o (re) descobrimento da agricultura familiar. Savoldi e Cunha (2010, p. 30) salientam que “nesse contexto do espaço agrário brasileiro, o reflexo dessas mudanças pode ser constatado no âmbito da agricultura familiar que conquista um lugar importante neste cenário de transformações”.

Baseando-se em Antunes (2010), a agricultura familiar foi motivo para a criação da primeira política Federal, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF). O referido Programa é composto de:

Financiamento de custeio e investimento para o segmento dos pequenos produtores que utilizam a mão de obra familiar, com o objetivo de propiciar condições para a produção, como acesso à tecnologia, equipamentos, aos insumos químicos e aquisição de matrizes etc (ANTUNES, 2010, p. 1).

Os agricultores familiares, apesar das dificuldades encontradas para comercializar seus produtos, conseguem elaborar estratégias de sobrevivência e reprodução social, com o propósito de conseguirem o retorno econômico adequado.

A importância quantitativa da agricultura familiar foi demonstrada através do último Censo Agropecuário Brasileiro realizado em 2006, e divulgado somente em 2009 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), confirmando dados sobre a expressiva participação em termos de estabelecimentos agrícolas que somam 4.367.902 milhões de propriedades e representam 84,4% dos estabelecimentos agrícolas no país. Em termos territoriais, a agricultura familiar ocupa 24,3% de área restrita, porém é responsável por 38% do Valor Bruto de Produção (VBP) do país. A participação de pessoas, em média é de 15,3 pessoas para cada 100 hectares e contribui com 70% da produção de produtos da cesta alimentar como: feijão, mandioca, leite, aves, suínos, entre outros. Essa agricultura familiar distribui-se nas cinco regiões brasileiras, distribuindo-se 35% no Nordeste, 21% no Norte, 12% no Centro-Oeste e 16% nas Regiões Sudeste e Sul.

A agricultura familiar nos últimos anos passou a produzir mais, gerou empregos e renda. Também é a responsável por garantir a segurança alimentar da população de forma sustentável, não só social e economicamente, como ambientalmente, sem agressão à natureza. Este conhecimento é fruto de uma longa jornada de afirmação e reconhecimento pelo Estado brasileiro, e da importância das demandas e reivindicações da agricultura familiar, impulsionada por lutas sociais que integraram a agenda da redemocratização brasileira; o que aos poucos foram inscrevendo no marco institucional as políticas públicas de desenvolvimento rural.

Diante de todo o exposto, enuncia-se que o presente estudo aborda a agricultura familiar e suas políticas públicas subsidiada pela investigação bibliográfica que tratam da referida temática, bem como um estudo sobre a Cooperativa Sul Ecológica, com o intuito de analisar suas ações.

1.1 PROBLEMA DA PESQUISA

Com o objetivo de conhecer a Agricultura Familiar, a sua importância e representatividade no Brasil, e regionalmente no Sul do Estado do Rio Grande do Sul, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: Como entender a Agricultura Familiar na região de Pelotas/RS através das ações da Cooperativa Sul Ecológica?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as ações da Cooperativa Sul Ecológica na região de Pelotas-RS.

1.2.2 Objetivos específicos

- Descrever a experiência da cooperativa Sul Ecológica, destacando as suas parceiras, constituição e ações desenvolvidas na microrregião de Pelotas/RS.

- Relatar a história da Agricultura Familiar no País e esclarecer conceitos acerca da temática;
- Aplicar os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através do Censo Agropecuário de 2006, nos aspectos socioeconômicos da agricultura familiar com o intuito de mostrar sua importância como geradora de desenvolvimento econômico.

2 AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com Savoldi e Cunha (2010, p. 25) a agricultura familiar é vista como trabalho familiar, e se distingue das formas sociais de produção pela estratégia organizacional que leva diretamente a aquisição do “patrimônio cultural e material”.

Nesse sentido, entende-se que, para a produção ser familiar é preciso que pelo menos um membro da família administre e trabalhe ao mesmo tempo, combinando as duas atividades na produção.

Abramovay (1997) citado por Savoldi e Cunha (2010) conceitua agricultura familiar da seguinte forma:

É aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1997 *apud* SAVOLDI; CUNHA, 2010, p. 26).

De acordo com o Art. 3º da Lei nº. 11.326/2006, o agricultor familiar é aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais (o módulo fiscal é uma unidade de medida, também expressa em hectare, fixada para cada município, instituída pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979);
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

¹² Alexander Chayanov (1994), populista russo, membro da Escola Russa da Organização da Produção, elaborou nova conceituação sobre a produção camponesa a partir dos mesmos dados censitários utilizados por Lênin. Chayanov chega à conclusão de que o campesinato não tem a mesma lógica de funcionamento do capital, pois as categorias lucro, renda da terra, custo, salário, etc. não constam da racionalidade camponesa. A única categoria objetivamente mensurável é o produto do trabalho familiar, que é uma variável dependente do tamanho da família, da composição e da disponibilidade dos membros familiares aptos a trabalhar. A composição da família determina os limites máximos e mínimos da atividade econômica da unidade camponesa. O volume máximo é dado pela utilização total da força de trabalho familiar. O volume mínimo é dado pela necessidade mínima de aquisição dos bens para manter a reprodução familiar. O ponto de equilíbrio entre o esforço máximo e o mínimo será encontrado onde a satisfação da demanda familiar se iguala a penosidade do trabalho. Este ponto, por sua vez, é meramente subjetivo e é determinado em função de: *i*) força de trabalho empregada (a penosidade); *ii*) os meios de produção disponíveis; e *iii*) a situação de mercado.

- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Por sua vez, Celina (2009) explica que a agricultura familiar é responsável “pela produção dos alimentos que são disponibilizados para o consumo da população brasileira”, ou seja, aquele alimento que chega até à mesa do brasileiro. E continua:

É constituída de pequenos e médios produtores rurais, comunidades tradicionais, assentamentos da reforma agrária e entre seus principais produtos estão: a produção de milho, raiz de mandioca, pecuária leiteira, gado de corte, ovinos, caprinos, olerícolas, feijão, cana, arroz, suínos, aves, café, trigo, mamona, fruticulturas e hortal (CELINA, 2009).

Buscou-se outro conceito no sítio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Mato Grosso (FETAGRI) (2011), que assim é exibido:

A agricultura familiar é aquela que exerce papel fundamental na economia de uma parcela significativa das pequenas cidades brasileiras. Em muitos casos, é ela a responsável pelo bom desempenho dos negócios urbanos, pelo suprimento da demanda interna de alimentos e pela manutenção do homem no meio rural. Melhorar a capacidade organizacional dos produtores, agregar valor aos produtos e facilitar o acesso dos mesmos ao mercado, tornando-os mais competitivos são, portanto, alternativas que contribuem para o aumento da renda e do desenvolvimento regional (FETAGRI, 2011).

Diante dos conceitos acima, o Art. 3º da Lei nº. 11.326/2006 serviu de alicerce para o estudo em pauta, tendo em vista que os agricultores familiares são aqueles que, ao mesmo tempo, produzem e consomem parte da sua própria produção. É um trabalho de qualidade com vistas ao bem estar da família principalmente, mas, com o intuito de manter a família trabalhando e gerando renda durante o ano inteiro.

Assim, este trabalho não tem a pretensão de seguir apenas a ideia de um autor ou até mesmo alicerçar-se em outro, mas, fazer uma revisão acerca do assunto, com intuito de conhecer mais sobre a temática.

2.1.A ORIGEM DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

De acordo com Altafin (2011), no Brasil, os agricultores familiares já foram chamados de roceiro, caipira, tabaréu, caboclo e camponês. Palavras sinônimas de pessoas que vivem no campo, no entanto, com uma conotação que indica pessoas rústicas, atrasadas e ingênuas.

Até o século XIX, a maioria dos camponeses era formada por trabalhadores que não abandonavam suas terras, mesmo não sendo escravos. No entanto, com medo de represálias e constantes ameaças de invasões entregavam seus lotes aos senhores feudais e também para as igrejas. Essa troca por proteção fazia do camponês um servo que se submetia a muitas obrigações pela sua liberdade (WANDERLEY, 1995).

A origem do campesinato² brasileiro diferencia de outras regiões do planeta, principalmente no sentido estrutural primário que se formou a população de pequenos produtores do Brasil. Com exceção da colonização européia, instalada principalmente nos estados sulinos, praticamente o restante do campesinato teve sua origem por exclusão, ou pelo término da escravidão, ou por camponeses oriundos de grandes latifúndios de café ou algodão. Dessa forma, a busca pela matriz produtiva da terra familiar teve sempre a busca de fronteiras agrícolas, onde fosse possível tomar posse de uma fração de terras, para primariamente, com recursos precários galgar sua subsistência familiar. Essas fronteiras estão localizadas principalmente no centro-oeste e nordeste do país.

Enfim, Wanderley (1995, p. 10) conclui salientando que “a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade”, com características que marcam sua origem como a pobreza, o isolamento, a produção centrada na subsistência mínima e a extrema mobilidade espacial.

2.2 O ESTABELECIMENTO AGRÍCOLA: UM LUGAR DE TRABALHO FAMILIAR

Um dos autores que desenvolveu um longo e clássico estudo sobre a família camponesa foi o russo Chayanov (1994). Nesse estudo, sua atenção está voltada para a importância da família no modo de produção camponesa. O olhar deste autor sobre a família e sobre o universo camponês é prioritariamente econômico e a família é vista, em grande medida, como um estoque de força de trabalho.

Já para Woortmann (1990), a família transcende essa visão chayanoviana como valor de mão de obra para ser ela própria um valor: o valor-família. Entre uma perspectiva e outra há inúmeros trabalhos que acusam a centralidade da família na dinâmica rural. Baseado nessa reconhecida importância, qualquer intervenção no meio rural deve buscar compreender os elementos peculiares que tem na família seu centro irradiador.

Seguindo a interpretação de Wanderley (2003), na propriedade agrícola familiar brasileira tem-se como principal força de trabalho os próprios membros da família, que é proprietária do estabelecimento e trabalha no mesmo. Outro fato importante refere-se à longa tradição de trabalho alugado para terceiros (donos de grandes latifúndios, usinas de cana de açúcar, principalmente no agreste etc.), e de em algumas épocas do ano, eles mesmos alugam a força de trabalho de terceiros, quando aumenta a quantidade de serviço na propriedade, principalmente na colheita e plantio das lavouras. No entanto, nota-se que, alugar a força de trabalho é uma que os pequenos agricultores tem para manter uma renda permanente nas diversas fases principalmente na entre safra.

2.3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

A heterogeneidade e a desigualdade na distribuição de estabelecimentos e produção são marcantes na agricultura familiar. A Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), classifica os agricultores em três grupos: 1) os que estão inseridos no campo de atividades econômicas integradas ao mercado, classificados como capitalizados; 2) os descapitalizados ou em transição, mas com algum nível de produção destinada ao mercado; 3) os residentes no aspecto rural, assalariados agrícolas e não agrícolas com produção agropecuária voltada exclusivamente ao autoconsumo.

A importância econômica da agricultura familiar reflete de forma positiva na economia, no entanto, apesar de ocupar apenas 24,3 % da área total dos estabelecimentos agropecuários, a agricultura familiar é responsável por 38% do valor bruto da produção gerado, ou seja, R\$ 54 bilhões, contra os R\$ 89 bilhões da agricultura não familiar.

Os dados do IBGE (Censo Agropecuário 2006) mostram que o País ainda possui uma estrutura agrária concentrada. Os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupam 75,7% da área ocupada, sendo que a média dos estabelecimentos familiares é de 18,37 ha e dos não familiares 309, 18 ha.

Constituindo uma característica central da história de ocupação do território brasileiro e da formação de sua sociedade, “a desigualdade na distribuição da terra revela, a um só tempo, processos pretéritos e contemporâneos do modo como os recursos naturais são apropriados no Brasil” (BRASIL, 2009, p. 107). Porém, com certa concentração fundiária e pouca diversidade

produtiva, quando a agricultura familiar é comparada com a agricultura não familiar, mostrando resultados acerca de que os 2,8 milhões de estabelecimentos especializados (54,6% do total) foram responsáveis por 81,0% do valor da produção agropecuária. Assim, pelos critérios utilizados, menos de um quinto da produção foi realizada pelos os estabelecimentos considerados diversificados (2,3 milhões ou 54,3%).

De acordo com a Tabela 1, e conforme os últimos dados censitários de 2006 do IBGE, os números de estabelecimentos agrícolas, definidos pela Lei nº 11.326 de 24 de Julho de 2006, foram: 4.367.902 estabelecimentos representando 84,4% do total dos estabelecimentos agrícolas do país, esse dado referencia a quantidade de famílias envolvidas e dependentes da agricultura familiar, foram encontradas 12,3 milhões de pessoas vinculadas à agricultura familiar (74,4% do pessoal ocupado) com uma média de 2,6 pessoas (de 14 anos, ou mais) ocupadas.

Os estabelecimentos, não familiares, ocupavam 4,2 milhões de pessoas, o que corresponde a 25,6% da mão de obra ocupada, relacionando a agricultura familiar com a não familiar por unidade de área de 100 hectares, obtém: 15,3 pessoas/100 ha na agricultura familiar e 1,7 pessoas/100 ha na agricultura patronal, este dado reforça o quanto é eficiente, quanto à ocupação de mão de obra por unidade de área agricultura de base familiar. Entre os 12,3 milhões de pessoas ocupadas na agricultura familiar, 11 milhões das pessoas ocupadas, ou seja, 90% tinham laços de parentesco com o produtor. A relação da mão de obra por unidade de área.

Tabela 1. Estabelecimento e área da agricultura familiar Brasil, Rio Grande do Sul, e Região de Pelotas.

BRASIL, RIO GRANDE DO SUL E REGIÃO DE PELOTAS	AGRICULTURA FAMILIAR		NÃO FAMILIAR	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Brasil	4 367 902	80 250 453	807 587	249 690 940
Rio Grande do Sul	378 546	6 171 622	62 921	14 027 867
Região de Pelotas	18 982	324 184	2 632	464 571
Arroio do Padre	486	9 146	21	772
Canguçu	8 774	139 380	1 107	139 029
Capão do Leão	142	2 740	98	54 936
Cerrito	838	15 286	165	21 719
Cristal	549	8 838	145	38 525
Morro Redondo	651	11 002	76	3 615
Pedro Osório	117	2 391	81	43 806
Pelotas	3 216	51 778	380	53 914
São Lourenço do Sul	3 814	77 118	513	94 214
Turuçu	395	6 505	46	14 042

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006 de acordo com a Lei n. 11.326 (BRASIL, 2009).

A importância da agricultura familiar varia de acordo com cada região é variável como pode-se observar na tabela acima. No entanto, na Região de Pelotas, a cidade de Canguçu é a que mais tem estabelecimentos familiares, e com maior número de hectares, seguido de São Lourenço e Pelotas; a menor presença foi registrada em Cerrito e Capão do Leão. Esses números têm significados que vão além das diferenças quantitativas, uma vez que se inserem em est propriedade de terra que variam consideravelmente de região para região.

2.4 TRANSFORMAÇÕES RECENTES DA AGRICULTURA

Conforme Gremaud, Vasconcellos e Toledo Jr. (2002), depois do golpe militar de 64, os dirigentes da economia criaram um novo caminho para agricultura brasileira, visando à modernização da agricultura do país e o aumento produtivo. A chamada revolução verde³ teve na seguinte fase econômica do país e do mundo:

- Circunstâncias extremamente favoráveis nos mercados internacionais: soja, café, cana-de-açúcar,
- Ampliação da fronteira agrícola, novas áreas incorporadas, especialmente na Região Central do Brasil (Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás),
- Em 1971 o Brasil chegou a ter o terceiro maior superávit comercial do planeta.
- Crédito Rural subsidiado, inclusive com taxa negativas de carroção de contratos, com isto levando o país ao endividamento externo, com os elevados custos da produção agrícola.

Destaca-se no planejamento da economia:

- O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) criado em 1965, viabiliza os agricultores para uma linha de crédito barata, para que o setor pudesse se modernizar, grande parte destes empréstimos era feito com taxas nominais fixas.

³ A expressão Revolução Verde foi criada em 1966, em uma conferência em Washington. Porém, o processo de modernização agrícola que desencadeou a Revolução Verde ocorreu no final da década de 1940 (PORTAL BRASIL ESCOLA). É um amplo programa idealizado para aumentar a produção agrícola no mundo por meio de melhorias genéticas em sementes, uso intensivo de insumos industriais, mecanização e redução do custo de manejo (PORTAL EDITORA ABRIL).

- Políticas de Garantias de Preços Mínimo (PGPM), criado pelo Governo de Getúlio Vargas, na década de 40, que tinham como objetivo garantir um preço mínimo para a venda, especialmente nos períodos de safra, quando os preços tendem a cair.

Essas políticas econômicas foram criadas com base em dois mecanismos: A Aquisição do Governo Federal (AGF), e o Empréstimo do Governo Federal (EGF). Tanto o AGF, como EGF, tinham como principal meta, garantir os preços no momento da colheita. Contudo, estes programas necessitavam da participação financeira do Governo, tanto para linha de crédito, como por meio de desembolsas para compra e armazenagem da safra (REZENDE, 1999). Outro aspecto, para ser destacado, é a participação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que teve grande importância no setor, com pesquisas para a melhoria genética dos grãos e auxílio técnico.

De acordo com Balsan (2006), o processo de modernização da agricultura brasileira teve os seguintes resultados:

- O aumento do grau de mecanização e quimificação das fazendas, o que promoveu um significativo aumento de produtividade no setor;

- Teve, também, um grande aumento na produção, de início, de bens exportáveis, e depois de produtos destinados a mercados internos. Destaca-se aqui, as modificações culturais de produção, com a implementação, neste período, da produção da soja, da laranja e também a cana-de-açúcar, revigorada em função do Proálcool⁴;

- Encontrou-se um significativo aumento na interligação entre o setor agrícola e os setores de máquinas, fertilizantes, equipamentos e também com as indústrias processadoras de produtos agrícolas;

- Já o lado negativo desta modernização agrícola foi o aumento da concentração fundiária, o crescimento da utilização da mão de obra temporária, contribuindo para uma piora da distribuição de renda no setor.

Portanto, saber planejar, ter um controle do que se está produzindo é de extrema importância, e no caso da agricultura familiar, no entanto, o que acontece na maioria das vezes, é que as pessoas, que fazem parte deste tipo de produção, têm pouco conhecimento na área de controle da produção.

⁴ O Programa Nacional do Alcool (Proálcool) foi criado em 14 de novembro de 1975, pelo Decreto nº. 76.593, com o objetivo de estimular a produção de álcool, visando o atendimento das necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos (PROALCOOL, 2011).

Na visão de Buainain, Romeiro e Guanziroli (2003), as transformações que ocorreram no agronegócio brasileiro, nas décadas de 70 e 80, foram às mesmas ocorridas nos países capitalistas chamados de desenvolvidos, tanto nos aspectos positivos, como nos negativos. Na década de 70, defendia-se que os problemas agrários tinham sido superados pela modernização baseada na mecanização, utilização de variedades selecionadas de sementes e de insumos químicos. Já na década de 80, sustentava-se que a modernização agrícola integrou a agricultura com os capitais industriais, comerciais e financeiros, formando o complexo agroindustrial⁵.

Neste período, a reforma agrária é vista como absolutamente desnecessária, e insustentável, pois, a única maneira de sobreviver e ser competitivo era adotando os pacotes tecnológicos que exigiam um montante elevado de investimento, ter uma área relativamente grande e integrar-se ao complexo agroindustrial. Com isto, teve-se uma concentração cada vez maior na produção agrícola, pois este processo era umas das tendências necessárias, que já tinha ocorrido nos países desenvolvidos e que, não poderia ser freada, sobe pena de ocorrer um atraso tecnológico.

No período entre 1985 e 1996 ocorreram grandes mudanças na economia brasileira que afetaram o setor agrícola (COLVARA, 2006) Dentre estas mudanças, destaca-se:

Desmantelamento do aparato governamental de financiamento da agricultura com o esgotamento do crédito farto e barato, abertura externa da economia e a integração da agricultura ao mercado, políticas de cunho neoliberal, que junto com a supervalorização da moeda expuseram os produtos e os produtores a forte concorrência externa (COLVARA, 2006, p. 39).

Graziano da Silva (1997 apud COLVARA, 2006), salienta que nos anos 90, aconteceu uma redução no crescimento do emprego rural exclusivamente agrícola. Em contrapartida teve-se um aumento no emprego no emprego rural não-agrícola. Isto se torna mais uma evidência de que é uma possibilidade de evitar o êxodo rural e elevar o nível de renda seria o incentivo à criação de empregos não-agrícolas na zona rural.

O emprego rural não-agrícola é um fenômeno tal como o êxodo rural nos anos 70. Como salienta Colvara (2006):

⁵ O conceito de complexos agroindustriais expressa a fusão dos capitais industrial, bancário e agrícola. O conceito surge na década de 1950, nos países centrais, como resultado de estudos sobre a participação das atividades agrícolas nas relações inter-setoriais, a partir de teorias a respeito destas relações formuladas por W. Lentief. (GRAZIANO DA SILVA, 1991)

É um processo histórico, no qual é impossível lutar, pois, este processo econômico seria evidências de que o setor agrícola brasileiro estava se igualando a dos países desenvolvidos, grande propriedade agrícola, não fomentar políticas agrícolas para pequena propriedade, esta massa de desempregados seria utilizada no emprego rural não agrícola (COLVARA, 2006, p. 40).

Diante disso, entende-se desde os anos 90, vem sendo utilizado o argumento do novo rural para justificar o abandono de políticas agrárias voltadas para setores mais fragilizados da produção agrícola familiar, em benefício das políticas de geração de emprego rural não-agrícola. Isto é, de acordo com Graziano da Silva (1997) o novo rural seria fruto da mudança ocorrida no meio rural, que teve origem no avanço do capitalismo sob o campo. Assim, explica o autor:

O rural hoje só pode ser entendido como um '*continuum*' do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 3).

Compreende-se que o meio rural brasileiro urbanizou-se nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que, tradicionalmente, era definido como rural. O resultado desse duplo processo de transformação, é que a agricultura integra-se no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos. Assunto que será abordado a seguir.

2.4.1 A industrialização

À agricultura é conferido um papel de grande importância durante o processo de industrialização no país, tendo em vista o setor agrícola ser responsável por cinco aspectos, conforme mostram Gremaud, Vasconcellos e Toledo Junior (2002):

- Fornecimento de mão de obra: durante a industrialização tem-se uma grande transferência da força de trabalho do campo para as indústrias.
- Fornecimento de alimentos e matéria-prima: com o crescimento das cidades e o desenvolvimento das indústrias, cada vez mais estes setores necessitavam de produtos agrícolas (tanto para alimentação como diversas matérias primas).

- Transferência de capital da agricultura para o setor industrial: em uma economia tipicamente agrícola o capital está quase todo concentrada na produção primária, no entanto tem-se uma exigência, para que parte destes incentivos seja aplicada na indústria.

- Geração de divisas: o setor agrícola tinha que manter elevado o nível de exportações, o que possibilita a importação de máquinas e equipamentos necessários ao processo de industrialização.

- Mercado consumidor: a agricultura é também um grande mercado consumidor de produtos industrializados.

Os aspectos essencialmente econômicos tornam a agricultura patronal predominantemente produtora de *commodities* agrícolas, as políticas agroexportadoras são essenciais para a estrutura econômica brasileira, porém do ponto de sustentabilidade do sistema, aspectos ambientais são limitantes, e com o avanço das novas fronteiras agrícolas a degradação de alguns biomas brasileiros já são significativos, como exemplo, os biomas do Cerrado e Amazônico.

A agricultura familiar tem ocupado nichos diferenciados de mercado, preocupada em oferecer produtos de qualidade e de forma sustentável, como exemplo, a produção de alimentos orgânicos, onde através de certificações de origem, e facilitado pela Política de Aquisição de Alimentos do Governo Federal. A inserção da agricultura familiar nestes mercados apoiados pelos incentivos das políticas públicas voltadas para o núcleo familiar rural, tem capacitado muitos atores sociais do meio, como associações de produtores e cooperativas a fazer as conexões entre as políticas públicas aos produtores familiares, orientando e organizando estas cadeias de produtos diferenciados e no mesmo tempo capacitando os produtores através de curso de capacitação e orientações técnicas de base ecológica. Assim é o exemplo da Cooperativa Sul Ecológica de Pelotas, em que a integração de Agricultura Familiar, com cultivos de base ecológica, articuladas as políticas públicas, são exemplares e importantes para o desenvolvimento sustentável⁶ da região de Pelotas.

⁶ A definição mais conhecida é a do relatório “Nosso Futuro Comum”, lançado em 1987 (também conhecido como “Relatório Brundtland”), que diz: “é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (TAYRA, 2011).

3 POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas em prol da agricultura familiar surgiram, no Brasil, a partir de meados da década de 90, em decorrência do contexto macroeconômico da reforma do Estado. Foram dois os fatores principais que motivaram o surgimento dessas políticas: a crescente necessidade de intervenção estatal frente ao quadro crescente de exclusão social e o fortalecimento dos movimentos sociais rurais.

O quadro abaixo exhibe a história das políticas públicas de desenvolvimento rural⁷ no Brasil, as quais foram implantadas a partir dos anos 60 até a década de 1980 (BELTRÃO, 2010, p. 46). Explica a autora que isto aconteceu “por intermédio da modernização da agricultura de viés urbano e industrial”, sendo “priorizadas as grandes propriedades agrícolas, e os agricultores familiares considerados viáveis e estruturados para responder de forma ágil aos estímulos do mercado”.

PERÍODO	CARACTERIZAÇÃO
1930	Período marcado pela decadência de um modelo de política territorial.
1960	Houve aqui a intervenção direta na região, entendido como único caminho para o desenvolvimento.
1970 – 1980	A crise do petróleo (70) e a instabilidade econômica (80) refletiram na crise fiscal e no esgotamento do modelo de substituição de importações.
1988	Os municípios passaram a ter mais autonomia sobre a gestão dos serviços e projetos públicos.
Década de 90	<ul style="list-style-type: none">■ Implementação de políticas governamentais como o PRONAF.■ Crise na agricultura, chegando a ocorrer uma drástica queda no PIB do agronegócio, pois em decorrência da redução de crédito rural, os agricultores tiveram que utilizar mais recursos próprios ou fornecidos por intermédios de terceiros.
Final da década de 90	Acompanhando a tendência da globalização mundial.

Quadro 1. A história das políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil
Fonte: Adaptado de Fonseca (2003); Velloso e Albuquerque (1995); Beltrão (2010).

Diante do quadro acima, tem-se que na década de 30, suscitou a necessidade de mudanças estratégicas nos caminhos políticos, econômicos e sociais do Brasil. Fato que corroborou para o surgimento de uma política centralizadora e intervencionista do Estado que prevaleceu até o final

⁷ A discussão sobre a definição de rural é praticamente inesgotável, mas parece haver um certo consenso sobre os seguintes pontos: a) rural não é sinônimo de agrícola e nem tem exclusividade sobre este; b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social); c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa; d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas. Redes mercantis, sociais e institucionais se estabelecem entre o rural e as cidades e vilas adjacentes (Kageyama2, 2004, p. 4).

dos anos de 1980, sobrecarregando o Estado brasileiro de funções e tornando-o uma superinstituição. Já nos anos 60, a referida intervenção só foi feita após a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, guiada pelo planejamento público, entendido como único caminho para o desenvolvimento. A crise do petróleo (70) e a instabilidade econômica (80), foram marcadas pela necessidade de o Estado redefinir seu papel, enquanto instituição. Assim, o governo elaborou um novo modelo político-administrativo para o desenvolvimento econômico do território brasileiro. Mais adiante um pouquinho, em 1988, a autonomia dada aos municípios só foi permitida com a promulgação da Constituição Federal, que ampliou a descentralização na administração pública. A década de 90, além do que foi citado no quadro 1, vê-se que houve um aumento das áreas destinadas à Reforma Agrária, no Brasil, com muitas críticas a sua eficiência, devido à disponibilização de áreas de terra, mas sem o mínimo de infraestrutura econômica e social para os assentamentos rurais. No entanto, no fim desta década, com a globalização, o governo brasileiro passou a adotar no planejamento das políticas públicas uma visão de território mais dinâmico e criador, e de um Estado que busca modernizar-se aprimorando os recursos territoriais para torná-lo mais empreendedor e competitivo.

Na visão de Prado Junior (1960 *apud* TONNEAU; SABOURIN, 2007, p.7) as políticas públicas na área da agricultura familiar são “relativamente recentes, no entanto, a agricultura familiar, como realidade, é bem antiga, e existe, praticamente, desde o início da colonização”.

Atualmente a agricultura familiar existe pelo fato de eleger essa forma de produção agrícola como a principal do desenvolvimento rural. Carneiro (1997) atribui a essa forma social de produção agrícola, condição favorável de competitividade comparada à agricultura patronal. Assim, com investimentos do estado, uma importante mudança acontece com a agricultura familiar, sua transformação em “empresas familiares viáveis”, e, com a incorporação de tecnologia está conseguindo inserção na atual economia de mercado (CARNEIRO, 1997).

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS À AGRICULTURA

De acordo com Denardi (2001) a Previdência Social Rural, o PRONAF e o PAA são as principais políticas públicas para a agricultura familiar que se destacam atualmente no Brasil. Da mesma forma, Stolarski e Castro (2007) defendem uma outra política valiosa para o Brasil que é o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.

No tocante à Previdência, tem-se disposto na Constituição Federal de 1988 que todos são iguais perante a lei, ou seja, existe a igualdade de direitos e deveres dos cidadãos brasileiros. Para tanto, como enfatiza Brumer (2002), o princípio de universalização da seguridade social, prevê o acesso universal de idosos e inválidos de ambos os sexos do setor rural à previdência social, em regime especial⁸, ou seja, sem a contribuição prévia, desde que comprovem a situação de produtor rural, garimpeiro ou pescador artesanal, bem como seus respectivos cônjuges que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes.

Mostra Brumer (2002, p. 57) que “Os trabalhadores rurais já contavam com uma relativa concessão de benefícios anteriormente à Constituição Federal de 1988, entretanto esta se encontrava muito aquém quando comparada ao sistema já aplicado na zona urbana”.

A Figura 1 exhibe as alterações que ocorreram na Previdência Social Rural concernente às Leis 8.212/91 (Plano de Custeio da Seguridade Social) e 8.213/91 (Plano de Benefícios da Previdência Social) que entraram em vigor em 1991, e que mostra como era o sistema previdenciário antes e depois desta legislação.

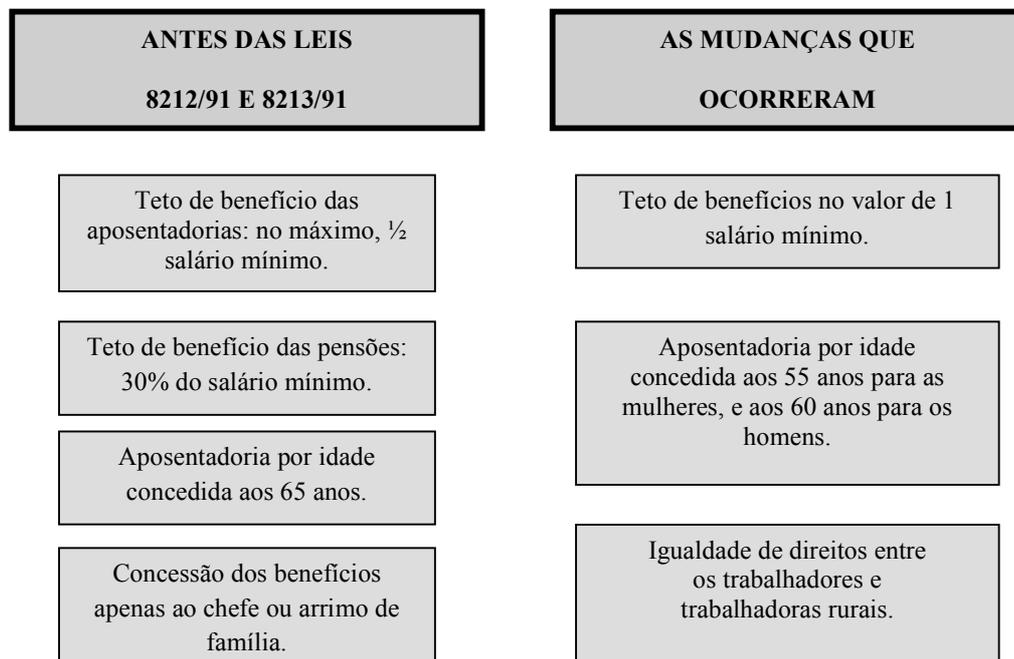


Figura 1. Mudanças na Previdência Social Rural depois da Constituição de 1988.
Fonte: Kreter (2004, p. 42).

⁸ Se não houver venda de sua produção, que se destina unicamente para a subsistência do grupo familiar, contribuição alguma haverá. Mesmo assim, estará o segurado protegido pela Previdência Social. São considerados segurados especiais todos os membros da família (cônjuge ou companheiros e filhos maiores de 16 anos de idade ou a eles equiparados) que trabalham na atividade rural, no próprio grupo familiar (MADEIRA, 2011)

Para a previdência rural, o principal objetivo das Leis acima era inserir os trabalhadores rurais de forma ampla no sistema previdenciário, passando a participarem de dois tipos de benefícios: contribuição obrigatória e facultativa (KRETER, 2004). Explica a autora os referidos benefícios:

No primeiro deles, os trabalhadores rurais trabalham com carteira assinada, contribuem para a previdência social durante suas vidas laborais e gozam da aposentadoria na inatividade, recebendo até 100% do salário benefício. A segunda categoria abrange, principalmente, os trabalhadores rurais classificados como segurados especiais [...], considerados os trabalhadores rurais informais, os que participam da agricultura familiar ou d agricultura de subsistência [...] apesar de não contribuírem compulsoriamente para a previdência social, têm o direito de receber a aposentadoria por idade ou por invalidez no valor de um salário mínimo, mediante a comprovação de exercício na atividade rural (KRETER, 2004, p. 41).

Junqueira e Lima (2008) enfatizam que as aposentadorias e pensões mensais recebidas por grande número de beneficiários de famílias pobres fazem da previdência rural a política pública de maior alcance social no país. E acrescentam:

São 6,4 milhões de benefícios em todo o Brasil, 486 mil só no Paraná. Levando-se em conta que algumas pessoas acumulam mais de um benefício, o número de beneficiários da previdência social rural deve situar-se um pouco acima de cinco milhões no Brasil e próximo de 400 mil no Paraná, o que dá, em média, mil beneficiários por município (JUNQUEIRA; LIMA, 2008, p. 173).

Segundo os autores, os dados são relevantes, tendo em vista que o pagamento de benefícios previdenciários é fundamental para a economia dos municípios, além de ser um poderoso instrumento para evitar o agravamento da exclusão social.

Na teoria de Kreter e Bacha (2006) a previdência social pode ser estruturada através de dois sistemas, “o sistema de capitalização e o sistema de repartição”. E explicam que no primeiro:

Cada trabalhador contribui para a previdência de forma regular ao longo de sua vida laborativa, criando um fundo de participação. Após o momento da aposentadoria, o trabalhador inativo recebe um benefício referente às suas contribuições anteriores (KRETER; BACHA. 2008, p. 4).

Já no sistema de repartição:

A contribuição dos trabalhadores ativos financia, sob a forma redistributiva, os benefícios dos aposentados. Caso as receitas de contribuição sejam inferiores aos pagamentos de benefícios, o Estado assume este déficit, desde que o sistema previdenciário esteja sob sua responsabilidade. Assim, a previdência social garante ao trabalhador inativo as mesmas condições de vida desfrutadas anteriormente ou, pelo menos, condições mínimas de sobrevivência (KRETER; BACHA, 2008, p. 4).

Entende-se com base nos autores que no sistema de capitalização, as contribuições dos trabalhadores na ativa servirão de base para o futuro, e no de repartição, esses mesmos trabalhadores, ou seja, os que estão na ativa, financiam os aposentados no mesmo período.

Para finalizar essa importante política pública, Medeiros (1994) diz que o empregado rural foi tratado pela legislação previdenciária, bem como pela própria Constituição da República, de forma igual ao urbano com apenas algumas ressalvas, que destaca duas importantes: (a) a diminuição, em 5 anos, da idade necessária para obtenção do benefício de aposentadoria por idade, e (b) a prevista no artigo 143 da Lei nº. 8.213/91, onde somente os segurados especiais são beneficiados pela norma que os dispensa de verter contribuições sociais ao INSS, bastando comprovar que, no tempo equivalente à carência exigida para obtenção do benefício pretendido, exerceram, de fato, a atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar, sem o auxílio de empregados. No restante, as mesmas exigências e regras aplicáveis aos trabalhadores urbanos devem ser utilizadas para os rurais.

A respeito do PRONAF é importante destacar que ele foi criado oficialmente pelo Decreto Federal nº 1.946 de 28/06/1996, e que após quase 15 anos de execução não cabe nenhuma dúvida que o Programa estendeu-se de forma considerável por todo o Território Nacional. Este Programa ampliou o montante financiado, desenvolveu outros programas especiais para atender diversas categorias, assumiu a assistência técnica e reforçou a infraestrutura tanto dos próprios agricultores como dos municípios em que se encontra. Neste Programa, as taxas de juros são mais baixas que as do crédito para a agricultura patronal e variam de acordo com a renda bruta anual familiar.

O PRONAF, como importante política pública, foi criado para estimular e viabilizar o desenvolvimento rural tendo como principal foco a agricultura familiar e objetivando-se na geração de empregos e renda no meio rural (CARNEIRO, 1997). Oportuno esclarecer que o surgimento desse Programa surgiu, graças à luta dos trabalhadores rurais por uma política pública específica e diferenciado para a agricultura familiar, tendo em vista o crescimento da miséria, da violência e da insegurança nas grandes cidades fez com que também crescesse o apoio da sociedade urbana às políticas de valorização do meio rural.

Seguindo os ensinamentos de Carneiro (1997), o PRONAF tem um desvio nos seus objetivos, pois, nele existe uma escolha inadequada dos municípios a serem beneficiados. Foram

selecionados municípios com maior indicação de pobreza rural, como consequência teria impedido que atingisse uma camada de agricultores com maior preparo técnico, desenvolvendo uma agricultura competitiva.

Outro problema levantado por Carneiro (1997) foi o critério de financiamento, que liberou os incentivos, basicamente, para aqueles agricultores com maiores garantias de pagamento dos empréstimos, fazendo com que os agricultores mais pobres, “mesmo tecnicamente capacitados” não fossem beneficiados pelo Programa. Através da imagem do verdadeiro agricultor, que é um profissional capaz de sobreviver e ser sustentado por uma única atividade econômica, a política de valorização da agricultura familiar elegeu um único tipo de produtor, aquele que já está modernizado e competitivo, deixando de fora os que realmente necessitavam da ajuda para seu desenvolvimento.

Apesar disso a criação do PRONAF pelo Governo Federal fez com que a Agricultura Familiar no Brasil tivesse maiores chances de se desenvolver e sobreviver, fazendo com que as teses de Kautsky (1980) (sobre a obrigatoriedade da industrialização da agricultura como forma única de sobrevivência) tivessem menores perspectivas de se realizarem.

Discute-se ainda com base em Denardi (2001) o Programa Aquisição de Alimentos (PAA), o programa que dá garantia de compra a parte da produção agropecuária familiar; um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696/03. O referido Programa foi implementado pelo governo federal em 2003, coordenado nacionalmente pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). O PAA, “considerado como uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero, constitui um mecanismo complementar ao PRONAF, uma vez que garante a compra de parte da produção da agricultura familiar” (JUNQUEIRA; LIMA, 2008, p. 163). Explicam os autores:

O PAA adquire alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, de agricultores familiares que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, conforme informações do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (JUNQUEIRA; LIMA, 2008, p. 173).

Para os autores, os projetos do PAA têm a participação de agricultores como também de suas organizações (associações, cooperativas, sindicatos etc), contando com a participação das prefeituras e de governos estaduais. O quadro a seguir mostra que os mecanismos utilizados para

compras pelo CONAB são até ao limite de R\$ 3.500,00 por produto/ano civil⁹, e os Conselhos Municipais de Segurança Alimentar são responsáveis pela anuência desses projetos locais, conferindo maior confiabilidade à sua fiscalização e execução.

MECANISMO	CARACTERIZAÇÃO
Compra Antecipada – CPR Alimento	Antecipa-se o pagamento dos produtos a serem adquiridos de grupos de agricultores familiares que não têm acesso ao financiamento de custeio do PRONAF: agroextrativistas, quilombolas, assentados da reforma agrária, acampados, e comunidades indígenas.
Compra Antecipada Especial – CPR Especial	São formalizadas com associações e cooperativas de agricultores familiares em duas modalidades. Uma delas é com a doação simultânea, quando entregam sua produção diretamente na instituição beneficiada. Outra possibilidade é com formação de estoque.
Compra Direta	É a aquisição de produtos agropecuários definidos pelo Governo, a preços de referência, em pólos de compra, fixos ou volantes, instalados próximos aos locais de produção.
Contrato de Garantia de Compra	O Governo assegura, no período de plantio da safra, a aquisição dos produtos da agricultura familiar a preços compatíveis com a expectativa dos mercados regionais para a época da colheita. Após a colheita o produtor escolhe se vende a sua produção à CONAB, ou para o mercado, se os preços estiverem acima.

Quadro 2. Mecanismos usados para compras pelo CONAB

Fonte: Adaptado de Junqueira e Lima (2008, p. 174).

Junqueira e Lima (2008) que o PAA é um tipo de política pública que busca a associação entre a política de segurança alimentar e nutricional e as políticas de promoção da agricultura familiar. E, ainda mais, que sua criação representou um marco na política voltada ao setor agrícola familiar. Destaca-se, com base nos autores que, esta política possibilita maior estabilidade à atividade agrícola, assegurando a circulação de dinheiro na economia da própria região onde os produtos foram produzidos.

Expõe-se ainda, acerca da PNAE, uma outra política pública presente no cenário nacional há mais de 50 anos e representa um dos maiores programas de alimentação e nutrição do mundo. Para Stolarski e Castro (2005, p. 32) o objetivo principal do programa é “distribuir uma refeição/aluno do ensino fundamental da rede pública de ensino nos 200 dias letivos de forma universalizada, suprimindo as necessidades nutricionais referentes ao período em que o mesmo estiver na escola”. Assim, é possível entender que a alimentação escolar propicie ao aluno um estado fisiológico adequado à aprendizagem, ao mesmo tempo em que é criado um forte atrativo à frequência deste.

Explicam as autoras que é muito fácil contatar as diferenças regionais no País em várias situações. No tocante à merenda escolar, outros dados são analisados, podendo interferir no

⁹ No Brasil, chama-se Ano Civil o período de tempo compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro. Esse período é chamado de ano-calendário. Pode ter, portanto, 365 ou 366 dias (anos bissextos).

aumento de complexidade da operacionalização e na eficiência do PNAE, como a infraestrutura e o número de estabelecimentos, clientes, a distância entre as instituições de ensino, funcionários para preparar a merenda etc.

Por tudo isso, é importante destacar com base em Stolarski e Castro (2005, p. 37) que “a base de cálculo utilizada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o repasse de recursos do PNAE aos estados e municípios considera apenas os alunos matriculados nos ensinos infantil e fundamenta”. E continuam:

Em relação ao atendimento estadual do PNAE para diferentes segmentos de ensino, este ensaio constatou diferenças nas unidades federativas. Em 12 estados o atendimento ocorre apenas para alunos do ensino fundamental: Acre, Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Roraima e Santa Catarina. Em 12 estados o atendimento também é estendido ao Ensino de Jovens e Adultos: Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rondônia, São Paulo, Sergipe e Tocantins. No Distrito Federal, o atendimento também ocorre para 7 escolas de magistério e uma escola profissional. Em apenas 2 estados – Paraná e Rio de Janeiro – o atendimento do PNAE é universalizado, ou seja, são contemplados alunos dos ensinos fundamental e médio e a educação de jovens e adultos (Stolarski e Castro, 2005, p. 37).

Para as autoras os desafios são grandes e é necessária atenção e responsabilidade por parte daqueles que têm a possibilidade de efetivar mudanças. É preciso que haja melhores investimentos para a educação, com o intuito de tornar a escola um local também compatível com o armazenamento, produção e distribuição da alimentação escolar segura. Da mesma forma, maiores investimentos precisam ser efetuados em recursos humanos em todos os níveis: merendeiras, nutricionistas, auditores para acompanhar a execução do programa em todo o território nacional. É importante ratificar as palavras das autoras quando dizem que “a sociedade civil precisa assumir o seu papel no acompanhamento deste programa, superando os limites e ampliando o significado da alimentação escolar como direito” (Stolarski e Castro, 2005, p. 37).

A Lei nº 11.947/2009 determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (de acordo com o Artigo 14).

A aquisição de gêneros alimentícios será realizada, sempre que possível, no mesmo município das escolas. Quando o fornecimento não puder ser feito localmente, as escolas poderão

complementar a demanda entre agricultores da região, território rural, estado e país, nesta ordem de prioridade.

A nova Lei foi regulamentada pela Resolução nº 38, do Conselho Deliberativo do FNDE, que descreve os procedimentos operacionais que devem ser observados para venda dos produtos oriundos da agricultura familiar às Entidades Executoras (secretarias estaduais de educação e redes federais de educação básica ou suas mantenedoras, que recebem recursos diretamente do FNDE, responsáveis pela execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Por meio da Lei nº 11.947/2009, a Agricultura Familiar passa também a fornecer gêneros alimentícios a serem servidos nas escolas da Rede Pública de Ensino.

Para quem produz alimentos, a iniciativa contribui para que a agricultura familiar se organize cada vez mais e qualifique suas ações comerciais.

Para quem adquire esses produtos, o resultado desse avanço é mais qualidade da alimentação a ser servida, manutenção e apropriação de hábitos alimentares saudáveis e maior desenvolvimento local de forma sustentável.

Quem vende são: (a) agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, organizados em grupos formais e/ou informais, com DAP física e/ou jurídica; (b) os grupos formais, que são agricultores familiares e empreendedores familiares rurais constituídos em cooperativas e associações; e (c) grupos informais, que são grupos de agricultores familiares organizados que deverão ser apresentados junto à Entidade Executora por uma Entidade Articuladora (MDA, 2011).

Da mesma forma, tem quem aqueles que compram como as Entidades Executoras (EE), secretarias estaduais de educação, prefeituras ou escolas que recebem recursos diretamente do FNDE. São responsáveis pela execução do PNAE, inclusive a utilização e complementação de recursos financeiros (MDA, 2011).

E por fim, são atendidos alunos matriculados na educação básica das redes públicas federal, estadual e do Distrito Federal, em conformidade com o censo escolar realizado pelo INEP, no ano anterior ao do atendimento; e a educação básica que corresponde a: educação infantil (inclui creches); ensino fundamental; ensino médio; EJA (Educação de Jovens e Adultos); escolas comunitárias; entidades filantrópicas (inclusive as de educação especial; escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos (MDA, 2011).

3.2 A FRAGILIDADE E O PARADIGMA DO SISTEMA PRODUTIVO

Segundo Wanderley (2003), no Brasil, a agricultura familiar pode ser definida como um grande universo de lutar para garantir um espaço próprio na economia e na sociedade. A autora faz um amplo debate sobre a fragilidade do sistema de produção, ou seja, como se pode ter uma agricultura estável e rentável.

Com relação ao universo rural, é considerado desenvolvido aquele agricultor que incorporou um conjunto de tecnologias e processos produtivos ditos modernizantes. Portanto, se estabelece um modelo ótimo de agricultor bem sucedido, ou seja, “desenvolvido”, e se “mede” a distância que dele se encontram os mais diversos perfis de agricultores.

Nota-se que a noção de desenvolvimento que foi sedimentando-se ao longo do tempo, e que informa as ações dos mais diversos agentes, pelas quais ocupam a função de mediadores e formuladores de políticas e ações voltadas para o meio rural, ainda carrega como principal fundamento à ideologia do progresso (ALMEIDA, 1997).

Wanderley (2003) chama a atenção que ainda hoje se tem uma dificuldade na implementação de uma diversificação de produção, embora o consumo de proteínas na alimentação esteja assegurado, em níveis mínimos. A falta de criação animal, por exemplo, afeta diretamente a fertilização natural, que só é compensada pelas constantes trocas de áreas de culturas, para que os solos recuperem sua fertilidade.

Ganziroli (2001) contribui com Wanderley (2003) acrescentando que o direcionamento das políticas agrícolas e dos incentivos creditícios para a agricultura familiar significava manter o atraso e impedir a modernização tecnológica. Por sua vez, Wanderley (2003), diz que o patrimônio transmitido era este modo de vida, sem um lugar certo de sobrevivência econômica, sem raízes. Contudo, que não se pode generalizar esta situação, pois está referindo-se às regiões mais pobres do país. Nesse ínterim, considera-se que a diversidade econômica da agricultura brasileira é muito grande, no entanto, nas regiões com maior potencial, a precariedade e a falta de estrutura não podem ser desconsideradas.

De acordo com Prado Junior (1979), Rangel (2000), Guimarães (1979) e Medeiros (1994), a luta social dos camponeses para terem acesso a terra sempre foi muito grande, como também as derrotas em prol dessas lutas. Assim, com base nos ensinamentos desses mestres, identifica-se três tipos de ocupação da terra: (a) campesinização, (b) descampesinização, e (c)

recampesinização, os quais revelam os passos da instabilidade e que são mostradas no quadro a seguir:

OCUPAÇÕES DE TERRA	CARACTERIZAÇÃO
Campesinização	É o exemplo de ocupação feita pelos colonos imigrantes da Europa na serra gaúcha, que teve início do século XX, na qual puderam ocupar suas terras em condições favoráveis. No entanto, a serra gaúcha não é o único exemplo, existem outros exemplos, espalhados por todo o Brasil, como alemães no interior de São Lourenço do Sul.
Descampesinização	É um processo brutal no qual o Estado e grandes latifundiários dizimam as formas de cultivos populares livres. Cita-se como exemplo de descampesinização, o trabalhador que, empregado dos engenhos, usinas e fazendas do litoral norte do Rio Grande do Sul, tenta realizar uma atividade produtiva familiar mínima, no interior da grande propriedade onde trabalha e mora.
Recampesinização	É uma relação de parceria na qual os latifundiários permitem que os agrupamentos de lavradores produzam em suas propriedades, como forma de pagamento pela ocupação.

Quadro 3. Tipos de ocupações de terra

Fonte: Adaptado de Prado Junior (1979); Rangel (2000); Guimarães (1979); Medeiros (1994).

A relação de parceria, citada na recampesinização, representa, de acordo com Wanderley (2003) a precariedade estável no processo de mudança ora em andamento, colocando o caipira entre a posição de proprietário, ou posseiro, e a de salarido agrícola; e aparecendo, muitas vezes, como uma única solução possível para a sua permanência no campo.

Diante disso, Bezerra, Silva, Schneider (2010, p. 13) salientam que a condição primeira a ser discutida nesta configuração atual da agricultura familiar, sem necessariamente descartar as outras, gira em torno do que se tem como opção de acesso ao mercado por parte dos agricultores familiares.

3.3 A RELAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR COM A AGROINDÚSTRIA

Segundo interpretação de Tedesco (1994), a modernização compulsória na agricultura familiar de 1964 a 1994 aproximou a Relação Industrial com a produção agrícola, sendo que a agricultura tornou-se dependente do processo agroindustrial. Essa dependência está ligada a fatores técnicos, financeiros e muitas vezes pela garantia de colocação no mercado da produção. Essa integração é fruto da intervenção do Estado nas questões agrárias, através de programas que alavancam o processo de desenvolvimento econômico da agricultura e a dinâmica de integração desses setores (produtor agrícola/agroindústria).

Deste modo, através do incentivo do Estado, ativa-se o trabalho familiar na produção de alimentos, fazendo com que haja uma diminuição do êxodo rural, pois o pequeno agricultor não vai precisar ir para as cidades, visando conseguir uma melhor remuneração pelo seu trabalho. A pequena produção familiar é ingerida no novo sistema, envolvendo sistema bancário, agroindustrial e comercial, onde a relação de trabalho/ capital é redefinida.

Os processos sociais rurais contribuem para um avanço nas unidades familiares, às quais são capitalizadas e estruturadas tecnicamente, para que seus produtos possam-se inserir no mercado com uma maior qualidade e com preços competitivos (TEDESCO, 1994). Historicamente, vê-se que a tentativa de unir o modo de produção agrícola tradicional camponesa (com baixo conhecimento técnico) e a produção para fins industriais (alta tecnologia) sempre causaram dificuldades, pois o modo de produção do camponês nem sempre é igual às técnicas modernas feitas para uma economia de escala, com alto padrão de qualidade e baixo custo.

A inserção da agricultura familiar na produção integrada é parte da própria estratégia de modernização da agricultura, como modo de dinamizar e diversificar a produção, fazendo com que se tenha uma maior acumulação de capital na pequena propriedade e na agroindústria. A produção de aves em escala industrial, a partir do final da década de 70, contribuiu para a internacionalização econômica do setor agropecuário, principalmente da pequena propriedade familiar. Devido a esse processo, ocorreu um fortalecimento da intervenção do capital monopolista no campo, principalmente pelas agroindústrias de vários setores (GUIMARÃES, 1979).

Todo o processo de integração entre agricultor e indústria é regulamentado "[...] através de vínculos contratuais ou orgânicos" (GUIMARÃES, 1979, p. 97), culminando com a formação dos complexos agroindustriais. Nestes vínculos está o que o pequeno agricultor pode ou não fazer, ficando completamente dependente da agroindústria para: comprar insumos; não produzir outras coisas para não contaminar o meio, seguir exatamente a cartilha técnica, para não ser desligado ou até mesmo multado.

Observa-se que, contrariando o pensamento de Lênin (1985), com o desenvolvimento do capitalismo levaria ao desaparecimento da pequena propriedade camponesa, ou a tese de Kautsky (1980) com a obrigatoriedade da industrialização da agricultura como forma de sobrevivência, vê-se o acontecimento de uma adaptação de novas formas de produzir por parte da pequena

propriedade e uma união desta com a indústria, sendo importante economicamente para as duas partes (indústria e pequena propriedade).

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa realizou um estudo descritivo com abordagens qualitativa, que, para Gil (2002) e Triviños (1992), é caracterizado pela análise profunda e exaustiva de uma determinada realidade, de maneira a possibilitar o seu amplo e detalhado conhecimento.

Também tratou de uma pesquisa bibliográfica fundamentada em obras de diversos autores que trataram da temática a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento do Brasil e as políticas públicas que fomentam esta atividade e promovem o desenvolvimento regional. Livros, jornais, revistas, dados coletados junto a Cooperativa Sul Ecológica, e trabalhos acadêmicos e científicos, por apresentarem informações e pressupostos teóricos, além de diferentes posicionamentos sobre o assunto. Acerca disso, Gil (2002) enfatiza:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas (GIL, 2002, p. 44).

A coleta de dados se deu através visitas e de envio de e-mails pelo Consultor Técnico da Cooperativa, o Engenheiro Agrônomo Cláudio Becker, bem como muitas das informações foram retiradas do *blog* da Sul Ecológica que serviram de base para o enriquecimento do trabalho.

Da mesma forma, o estudo teve uma abordagem sistemática¹⁰ da análise das ações da Cooperativa Sul Ecológica na Região de Pelotas/RS. Tal método possibilitou desenvolver o estudo com base no objetivo da pesquisa que foi o de identificar a origem e a realidade socioeconômica da agricultura familiar no âmbito nacional.

Com o intuito de mostrar a importância da agricultura familiar como geradora de desenvolvimento econômico, foram aplicadas tabela e figuras, seguindo-se os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através do Censo Agropecuário de 2006. Nesse contexto, os dados retirados foram: maiores rendas, renda média, quase sem renda, aliados

¹⁰A abordagem sistêmica é uma maneira de resolver problemas sob o ponto de vista da Teoria Geral de Sistemas. Muitas soluções surgem quando observamos um problema como um sistema e, desta forma, sendo formados por elementos, com relações, objetivos e um meio-ambiente (PEREIRA, 2010, p. 3).

aos dados de instituições religiosas, entidades públicas e não identificados, que também não serão analisados.

Os dados destacam algumas das estatísticas que permitem conhecer quantos pessoas ocupam a agricultura familiar, o que produzem, a renda gerada e se esse pessoal, em parte, integra os primeiros resultados divulgados recentemente divulgados pelo IBGE, atendendo a uma demanda quantitativa atualizada sobre o tema Agricultura Familiar na Região de Pelotas.

5 RESULTADOS

Com o intuito de analisar as ações da Cooperativa Sul Ecológica na região de Pelotas, RS e posicionar-se acerca da origem e realidade da agricultura familiar no município em questão, apresenta-se, neste capítulo uma discussão e os resultados alcançados. Os indicadores utilizados neste estudo os quais avaliaram o serviço prestado foram baseados nas visitas e no *blog* da Cooperativa, disponível em: <<http://cooperativasulecologica.blogspot.com/>>.

5.1 CONHECENDO A SUL ECOLÓGICA

Fundada em dezembro de 2001, por agricultores familiares ecologistas de vários municípios do Extremo Sul do Estado do Rio Grande do Sul, que viram no cooperativismo uma ferramenta para enfrentarem os desafios da modernização da agricultura. Desde então a Sul Ecológica vem desenvolvendo, junto a seus cooperados, o incentivo para a produção de alimentos com base na Agroecologia, uma vez que, a monocultura do tabaco havia nos últimos anos tomado o lugar das culturas tradicionais da região.

Dados do IBGE (2009) dão conta que entre os anos de 1996 a 2005 a produção de fumo cresceu cerca de 262%, tendo a área cultivada um incremento de 197%, enquanto todos os outros cultivos (batata, cebola, feijão), tiveram uma queda ou ficaram estagnados neste período.

A organização da cooperativa dá-se em núcleos de no mínimo cinco famílias, sendo que atualmente conta com 253 associados, distribuídos em 26 núcleos nos municípios apresentados na Figura 1. A base social é formada basicamente por agricultores familiares descapitalizados, que foram marginalizados pelas consequências negativas da “revolução agrícola”¹¹.

¹¹ Foi um movimento dado na Pré-História, que marcou o fim dos povos nômades e o início da sedentarização, com o aparecimento das primeiras vilas e cidades. (WIKIPÉDIA).

5.1.1 Ações regionais promovidas pela Cooperativa

Vários eram os produtores que se responsabilizavam pela produção orgânica que sustentava muitas famílias na Região Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Como esses agricultores não tinham retorno financeiro significativo, devido ao preço de venda ser abaixo da cota de mercado, foi criada a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda. Com a intenção de vender os produtos com maior lucro para as famílias. Dessa forma, o agricultor evita as perdas, porque os produtos que não eram vendidos pela Cooperativa, eles mesmos negociavam.

Apresenta-se as cinco ações promovidas pela Cooperativa Sul Ecológica: a experiência da instituição, os resultados obtidos; o conhecimento da realidade e dos instrumentos de política pública; e a capacidade de execução de projetos, embasadas nas informações da própria Cooperativa. A experiência da cooperativa, com base social em nove municípios do Território Zona Sul do Estado-RS (Arroio do Padre, Canguçu, Cerrito, Cristal, Herval, Morro Redondo, Pelotas, São Lourenço do Sul e Turuçu), constitui-se em uma importante ferramenta de resistência às estratégias das grandes empresas associadas aos monocultivos¹², bem como num ente aglutinador de políticas públicas que visem o fortalecimento econômico e social dos agricultores ecologistas. Para desempenhar este papel, o conselho administrativo da cooperativa definiu que a formação técnica, política e de gestão do quadro social e dos dirigentes são de relevância estratégica para a consolidação do cooperativismo e da agroecologia.

O quadro de associados da Sul Ecológica é composto, em sua maioria, por agricultores, familiares empobrecidos e descapitalizados, dentre os quais, uma boa parcela é constituída de assentados da reforma agrária e remanescentes de quilombos. Estes segmentos foram, historicamente, colocados à margem da sociedade, excluídos de toda e qualquer política pública, não tendo acesso, nem sequer, a educação e qualificação profissional, ficando em boa parte dos casos, na completa invisibilidade social.

Os fundamentos de atuação da entidade estão alicerçados no apoio à produção e circulação de produtos ecológicos e no reforço na construção de uma cultura de solidariedade e

¹² Cultivo de somente uma espécie de planta, e uma das principais inovações do chamado mundo moderno. A introdução dos monocultivos foi, assim, uma das principais heranças do colonialismo, haja vista que associado a essa prática veio a escravidão e o racismo, fenômenos que, juntos, vão conformar uma estrutura de poder marcada pela violência contra os povos e contra a natureza (GONÇALVES, 2009).

transparência entre agricultores e consumidores. Esta visão transcende o meio rural à medida que visa construir novas relações com as pessoas do meio urbano, indo muito além de fornecedores e consumidores. Neste momento são estabelecidas relações de confiabilidade e cooperação, objetivando benefícios mútuos, com o intuito de construir uma sociedade mais justa e solidária, implementando, de fato, o desenvolvimento sustentável.

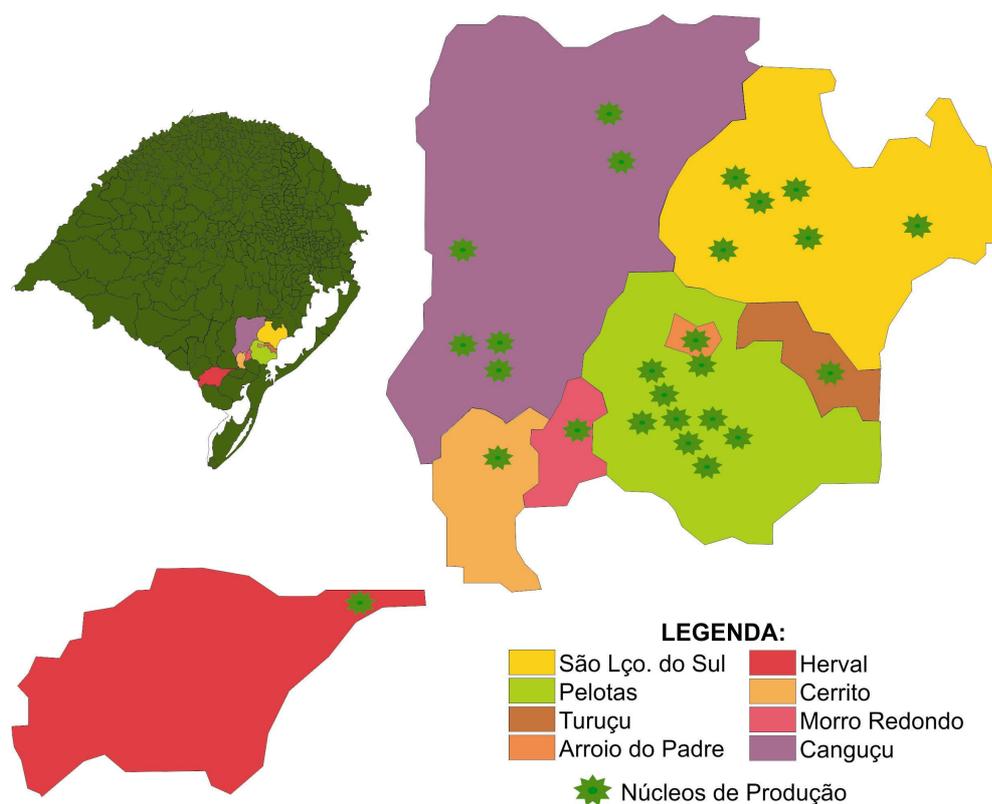


Figura 2. Mapa ilustrativo da microrregião de Pelotas/RS
 Fonte: Cooperativa Sul Ecológica (MDA, 2011).

Desde o ato de fundação, em 2001, a entidade dispõe de um convênio técnico firmado com o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA - Pelotas), onde um conjunto de três técnicos (02 engenheiros agrônomos e 01 técnico agrícola), os quais prestam serviços em extensão rural; formação constante de agricultores na linha da agroecologia e associativismo; trabalho com plantas medicinais e saúde alternativa; apoio à formação de agroindústrias e agregação de valor.

Em 2003, a Sul Ecológica começou a operar junto ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), modalidade “Compra Especial com Doação Simultânea”. Atualmente estão

em andamento três projetos (Pelotas, Canguçu e São Lourenço), com previsão de entrega pelos associados 642.505 kg de alimentos ecológicos.

A entidade foi beneficiada com recursos do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), via Fórum da Agricultura Familiar no município de Pelotas/RS, com três projetos envolvendo o apoio à comercialização, de 2004 a 2006. Os itens constantes nestes projetos dão conta de uma série de materiais e equipamentos para estruturação da cooperativa, bem como, um caminhão para efetuar o recolhimento da produção junto aos cooperados.

A Cooperativa Sul Ecológica executa, desde janeiro de 2008, o projeto “Fomento à assistência técnica e extensão rural, para qualificação da produção e fortalecimento da comercialização de produtos agroecológicos”¹³, o qual contemplou a contratação de um engenheiro agrônomo para realizar a atividade de assistência técnica a cem unidades produtivas de base ecológica, além de ações bem sucedidas relacionadas à comercialização dos produtos ecológicos, com a consolidação de novos espaços de venda.

A cooperativa possui ainda uma relação próxima com a Embrapa Clima Temperado, em especial com a Estação Experimental da Cascata, na qual são realizadas, periodicamente, atividades de divulgação e difusão tecnológica das pesquisas realizadas no desenvolvimento dos sistemas de produção de base ecológica, mantendo o “Convênio de Cooperação Técnica promovendo o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Território Sul”.

Os resultados obtidos como principais avanços na cooperação da agroecologia, o destaque é a ampliação da diversidade dos gêneros alimentícios produzidos, contribuindo para a retomada do autoconsumo, e conseqüente melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Igualmente foi alcançado progresso em relação à inserção de produtos agroecológicos nos supermercados, restaurantes e feiras livres, atuando na lógica de construção social dos mercados, com base nos princípios do comércio justo e solidário. Houve também um incremento no número de associados, que começou com 50 famílias envolvidas e atualmente são 150 famílias cooperadas, que produzem alimentos seguindo os princípios da Agroecologia. Os cooperados encontram-se distribuídos em núcleos de, no mínimo, cinco famílias. As atividades da Sul Ecológica contemplam a organização social da produção, através do planejamento feito com os

¹³ Contrato de repasse nº 0209935-10/2006/MDA/CEF

agricultores, objetivando o atendimento da demanda dos mercados que a Cooperativa acessa, bem como a melhoria da qualidade de vida no meio rural.

A diversidade de produtos sempre foi a marca da Sul Ecológica. São mais de 100 gêneros distintos, comercializados anualmente. Somente na Alimentação Escolar, em 2010, foram fornecidos acima de 30 alimentos orgânicos diversos. Isto sem mencionar a variedade de sabores dos Sucos e *Schmiers*¹⁴ de frutas, que se contabilizados, chega próximo a cinquenta itens.

No entanto, o que chama a atenção neste momento é o fato de que, pela primeira vez na história da Cooperativa, um único produto ultrapassa a marca de 100 toneladas produzidas e comercializadas. Este é, precisamente, o caso da abóbora neste último período (Figura 2) como os outros produtos produzidos.

Condições climáticas favoráveis, planejamento de produção adequado e a vontade de produzir dos cooperados podem ser apontados como principais fatores, que culminaram para esta marca histórica e que merece registro.

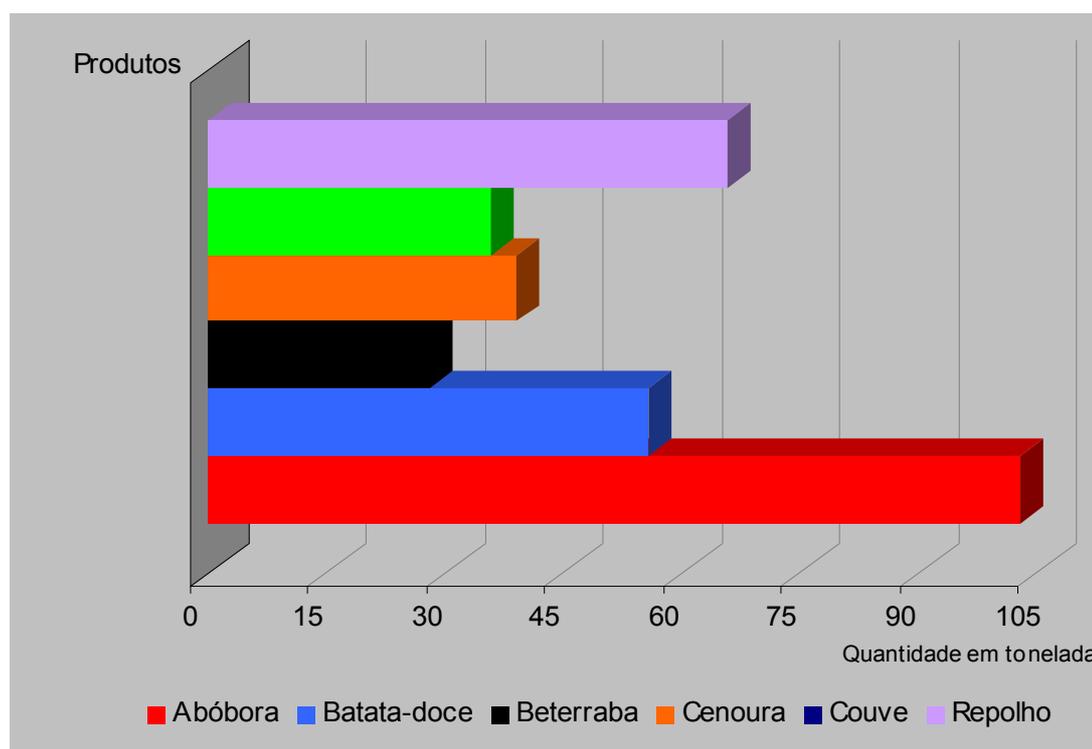


Figura 3. Principais produtos comercializados pela Sul Ecológica (jan. 2010-mai.2011)

Fonte: Adaptado pelo autor.

¹⁴ Deliciosa e irresistível, a tradicional schmier da colônia é preservada ao longo dos anos como um típico doce da culinária alemã. Nas regiões de imigração germânica, não é difícil encontrar a iguaria. Disponível em: <http://www.gaz.com.br/gazetadosul/noticia/265499-schmier_sabor_e_tradicao_que_resiste_ao_tempo/edicao:2011-03-02.html>

Cabe ressaltar que outro aspecto, que trouxe benefícios, foi uma maior interlocução com as demais instituições públicas, com os agentes de desenvolvimento e os da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) oficial e entidades de pesquisa e desenvolvimento, culminando em uma maior visibilidade ao trabalho desenvolvido pela Sul Ecológica.

O conhecimento da realidade dá-se através da atuação da cooperativa e a descentralização do processo administrativo, que permitiram uma ampla apreensão e diagnóstico da realidade na qual insere-se o trabalho em agroecologia e cooperativismo desempenhado pela cooperativa. Convém salientar que o quadro apresenta-se bastante heterogêneo, com distinta realidade concernente ao nível de desenvolvimento das comunidades, composição étnica e atividades econômicas das unidades produtivas.

Como mencionado anteriormente, desde 2003 a Sul Ecológica vem operando o PAA da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), importante ação governamental que vai de encontro às políticas públicas estruturantes.

A entidade participa intensamente das atividades e eventos relacionados na divulgação dos planos para safras territoriais, em que toma conhecimento das ações do PRONAF, novas linhas relacionadas a agroecologia e agroindustrialização. Neste ano, está sendo divulgado o Programa “Mais Alimentos”, encaminhando os cooperados para a elaboração de projetos junto à Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL) de Boa Vista, orientando para que todos os cooperados façam a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF).

Como membro efetivo do Conselho de Desenvolvimento Rural de Pelotas, a Cooperativa Sul Ecológica opina na decisão na aplicação de recursos e a forma de aplicação destes. Exemplo disto é a operação do Programa de Crédito Fundiário.

A Sul Ecológica executa, com propriedade, as atividades do projeto “Fomento a assistência técnica e extensão rural para qualificação da produção e fortalecimento da comercialização de produtos agroecológicos”, tanto é que esta experiência foi selecionada e publicada no *Catalogue of experiences – National Program of Diversification in Tobacco Planted Areas* (MDA, 2008). Anualmente, a cooperativa executa com excelência os projetos PAA/CONAB, possuindo uma dinâmica técnica e operativa bastante eficaz.

A equipe de trabalho é oriunda, em sua totalidade, da agricultura familiar, sendo que os técnicos e colaboradores possuem grande empenho na execução de suas atividades, também

buscando constante aperfeiçoamento, via participação em cursos de qualificação, seminários e reuniões.

Nesse ínterim, buscou-se com a apresentação dessas ações, demonstrar que se todos os integrantes de uma Cooperativa desempenhar com afinco suas atividades, trabalhando unidos, e utilizando as ferramentas indispensáveis com capacidade, as famílias sairão lucrando, tendo em vista que o objetivo de uma Cooperativa é expandir os produtos no mercado consumidor e assim, quando o consumidor descobrir que tem um produto altamente confiável, de origem orgânica, de qualidade, certamente, será um consumidor em potencial, fiel à marca e aos produtos que estiverem à sua disposição. Por isso, os produtos devem ser de qualidade, pois a saúde do consumidor deve ser priorizada, bem como, o retorno econômico, importante benefício, para as famílias dos agricultores, como também as ações da Cooperativa Sul Ecológica, que é o local onde se encontram os atores sociais envolvidos no seguimento da agricultura familiar, e onde através dos seus gestores é possível promover a interação das políticas públicas disponíveis ao propósito do desenvolvimento regional sustentável¹⁵.

A Cooperativa Sul Ecológica, perante as ações executadas através da utilização das políticas públicas e projetos que envolvem agricultura familiar, recebem vitorias tanto do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), relativa ao projeto de Adequação aos Mecanismos de Controle da Qualidade Orgânica, como do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em relação à execução do projeto de Diversificação nas Áreas de Cultivo de Tabaco.

A avaliação do projeto e do trabalho da Sul Ecológica foi positiva, visto que agricultores e familiares estão conseguindo se consolidar e obter renda exclusivamente da produção de base ecológica. No dia 3 de junho de 2011 recebeu a Certificação de Organismo de Controle Social (OCS) do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, nos termos da Lei Nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003¹⁶, sendo a primeira regionalmente a receber esta certificação e a terceira do Estado do Rio Grande do Sul, que permite a venda direta, ou seja, torna todos os produtos oriundos da comercialização da Cooperativa Sul Ecológica, com garantia 100% de origem

¹⁵ É uma estratégia negocial que busca impulsionar o desenvolvimento sustentável das regiões brasileiras, que se propõe a: promover geração de trabalho e renda e a inclusão social; inserir as pessoas no mercado consumidor; democratizar o acesso ao crédito; disseminar a cultura empreendedora; desenvolver capitais humano, produtivo e social; incentivar o associativismo e o cooperativismo; contribuir para melhoria dos indicadores de qualidade de vida (PORTAL CEASA).

¹⁶ Regulamentada pelo Decreto 6.323 de 27 de dezembro de 2007.

orgânica, isto foi comemorado por todos os associados, pois com esta conquista, abrem-se maiores oportunidades de negócios para os associados além de agregar valor ao produto produzido por estes agricultores familiares.

Finalizando, apresenta-se a Tabela 2 exibindo onde comprar produtos orgânicos da agricultura familiar em Pelotas, RS.

Tabela 2 – Produtos orgânicos para compra em Pelotas, RS

SAIBA ONDE ENCONTRAR OS PRODUTOS ORGÂNICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR			
<i>Locais</i>	<i>Endereço</i>	<i>Dia(s) da semana</i>	<i>Horário de funcionamento</i>
<i>Feiras-livres Ecológicas</i>			
ARPASUL (Dom Joaquim)	Avenida Dom Joaquim, esq. República do Líbano	Sábados	7:00 as 13:00h
ARPASUL (Duque de Caxias)	Avenida Duque de Caxias	Sábados	7:00 as 13:00h
ARPASUL (Avenida Bento)	Avenida Bento Gonçalves, defrente a Brig. Militar	Terças-feiras	7:00 as 13:00h
SUL ECOLÓGICA/ARPASUL (Largo do Mercado Público)	Largo Edemar Fetter	Quintas-feiras	14:00 as 20:00h
<i>Pontos fixos de comercialização</i>			
TEIA ECOLÓGICA (Restaurante)	Praça Coronel Pedro Osório, 63	Segunda a sábado	8:00 as 19:00h
SUL ECOLÓGICA (Loja)	Rua Barão de Santa Tecla, 510	Segunda a sexta-feira	8:30 - 12:00h e 13:30 - 18:00h

Fonte: Cooperativa Sul Ecológica de Pelotas, RS.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi identificar a origem e a realidade socioeconômica que envolve a agricultura familiar e sua importância para a economia regional agrícola, uma pesquisa que teve fundamental importância para o autor, pois ao mesmo tempo em que proporcionou a possibilidade de consolidar conhecimentos por meio da revisão literária, fez com que vivenciasse uma situação prática, aprimorar habilidades e competências em relação ao referido tema.

De acordo com a teoria dos autores que enriqueceram o presente estudo, entendeu-se que, ao longo desse século, o governo brasileiro jamais pensou em favorecer a agricultura familiar em linhas de crédito, mesmo com tantos planos econômicos que poderiam ajudar na compra de insumos, terra e maquinários agrícolas.

De igual modo, também foi possível observar que existem desafios a serem superados pelos agricultores. Em contrapartida, com a criação do PRONAF na década de 90, a agricultura familiar no Brasil começou a apresentar mudanças, transformando-se em empresas familiares viáveis, e com a inserção da tecnologia, os agricultores conseguiram inserirem-se na atual economia de mercado e disputar mercados diferenciados como os produtos orgânicos agroecológicos.

Ficou bem claro pelos dados do IBGE, que a agricultura familiar é responsável por 38% do valor bruto de produção do país. Momento oportuno para ratificar que a agricultura familiar nos últimos anos passou a produzir mais, gerou mais empregos e renda. Também é a responsável por garantir a segurança alimentar da população de forma sustentável, não só socialmente e economicamente, como ambientalmente, sem agressão ao meio ambiente.

Neste mesmo patamar, os agricultores da região sul do Estado do Rio Grande do Sul ganham a nova Cooperativa, a Sul Ecológica na cidade de Pelotas, RS no ano de 2001. Este momento marca uma nova conquista para nove municípios, porque a união de todos visa satisfazer os interesses da classe, sejam eles econômicos, sociais, políticos e culturais. É importante destacar que a referida Cooperativa tem como finalidade somar esforços, diminuir custos, e aumentar a rentabilidade, favorecendo, especialmente, pequenos empreendimentos familiares. Somado a isso, a transparência e o profissionalismo fazem da Cooperativa uma prestadora de serviços confiáveis.

Diante disso, torna-se imprescindível ressaltar a importância da organização dos atores sociais envolvidos na agricultura familiar na Região de Pelotas, RS, ainda mais, considerando que é significativo o número de famílias que estão envolvidos, como por exemplo, na produção de fumo, e a necessidade de diversificação para a alternativa de substituição dessa cultura por outra atividade, a exemplo, a produção de leite, que é uma opção viável para o perfil familiar, no entanto a produção de leite na região como alternativa produtiva ao fumo, fica limitado ao grande número de minifúndios que tornariam limitados a estrutura a produção de leite e a normativa N° 51 do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, que impõe regras sanitárias ideais a segurança sanitária porém exigências aquém da realidade agrícola do pequeno produtor, carente de estrutura. Nesse contexto é interessante que estes produtores se organizem através de cooperativas, essenciais para complementar a ligação entre a disponibilidade das políticas públicas disponíveis para o agricultor familiar e ampliação no seguimento de atuação.

No entanto, na região sul, as cooperativas ainda carecem de atuação, e cita-se a Cooperativa Sul Ecológica, cujo segmento agroecológico se dá somente com vegetais e mel, e com produtos agroindustriais, ainda não possuem ações de cooperativas na região.

Assim, muitas vezes, o pequeno agricultor não consegue por si só, se localizar na burocracia e contratar uma linha de crédito disponível para seu perfil, apesar das ações da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) no Rio Grande do Sul. Nestes casos as ações das cooperativas poderiam complementar esta carência através de suas ações comerciais.

Por todo o exposto, pretende-se com este estudo estimular discussões e não se dar por concluído, tendo em vista a relevância da temática. Por isso, é importante a continuidade da pesquisa, com o intuito de conhecer o que as demais cooperativas tanto da região como as de outros estados brasileiros estão realizando em prol desses agricultores que lutam com dificuldade para garantir o sustento de suas famílias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, MJCP. O desenvolvimento da atividade agrícola e o meio ambiente no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária-ABRA**. Campinas; v.20, n.1,2,3, abril/dez., p. 13-23,1997.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/andsonferreiradejesus/conceito-de-agricultura-fam>> Acesso em 22 jun. 2011.

ANTUNES, MVM. **A agricultura familiar e o PRONAF no município de Dracena-SP**. 2010. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/semanas/geografia/geografiaruraleagraria/TCGRA09%20-%20Maryna%20Vieira%20Martins%20Antunes%20e%20Rosangela%20aparecida%20de%20Medeiros%20Hespanhol.pdf>> Acesso em: 2 jun. 2011.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006. Disponível em: <http://www.miniweb.com.br/geografia/artigos/agricultura/mod_agricola.pdf> Acesso em 13 jun. 2011.

BELTRÃO, SLL. **A construção do diálogo interinstitucional para o desenvolvimento territorial rural sustentável**: estratégias comunicativas e de participação no Território do Sisal, Bahia. Universidade de Brasília – UnB. 2010.

BEZERRA, I.; SILVA, A.; SCHNEIDER, S. A construção social do mercado e a recampesinização da agricultura familiar: a influência do programa de aquisição de alimentos (PAA). **Anais do Evento. PPGSOCIO/UFPR – PPGCP/UFPR**. 2010. Disponível em: <<http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br>> Acesso em: 2 jun. 2011.

BRASIL **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm> Acesso em: 3 jun. 2011.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 01/2009**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/porta/institucional/Legisla%C3%A7%C3%A3o_e_Orienta%C3%A7%C3%A3o> Acesso em: 2 jun. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda**. 2008. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/o/885312>> Acesso em: 2 jul. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Alimentação Escolar**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/porta/saf/programas/alimentacaoescolar/2500756>> Acesso em: 7 set. 2011.

BRASIL. Revolução Verde. Portal Brasil Escola. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/revolucao-verde.htm>> Acesso em: 2 set. 2011.

BRUMER, A. Previdência Social Rural e Gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 4, n.7, p. 50-81, jan/jun. 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/soc/n7/a03n7.pdf>> Acesso em: 18 jul. 2011.

BUAINAIN; AM.; ROMEIRO, AR.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, n.10, p.312-347, 2003.

CARNEIRO, MJ. **Política Pública e Agricultura Familiar**. Uma Leitura do PRONAF, Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, 1997.

CELINA, C. **Você sabe o que é Agricultura Familiar?** 2009. Disponível em: <<http://www.expressomt.com.br/noticia.asp?cod=37902&codDep=10>>

CHAYANOV, T. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1994.

COLVARA, PFM. **Estudo da importância da Agricultura Familiar para a economia brasileira**. TCC. Universidade Federal de Pelotas, 2006. 59 p.

DENARDI, RA. Agricultura familiar e políticas públicas:alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia.e Desenvolvimento Rural.Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set.2001. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2_n3/revista_agroecologia_ano2_num3_parte12_artigo.pdf> Acesso em 18 jul. 2011.

DRS. Desenvolvimento Regional sustentável. Disponível em: <www.ceasa.ms.gov.br/palestra/palestra15hrbb/apresdrs.ppt> Acesso em: 2 set. 2011.

FONSECA, AÂM. **Descentralização e estratégia institucionais dos municípios para a captação de recursos: um estudo comparativo entre Feira de Santana, Ilhéus e Vitória da Conquista/Bahia: 1997/2003**. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Mato Grosso. **Agricultura em Regime Familiar**. Disponível em: <<http://www.fetagrimgt.org.br/agricultor.php>> Acesso em: 12 jul. 2011.

GANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A.; M., DI SABBATO, A.; BITTENCOURT. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GIL, AC. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3a. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, CWP. **As consequências sociais e ambientais da prioridade ao monocultivo**. Disponível em: <<http://alainet.org/active/31211&lang=es>> Acesso em: 12 jul. 2011.

GRAZIANO DA SILVA, J. O Novo Rural Brasileiro. **Revista Nova economia**, Belo Horizonte. Vol. 7, n. 1, p. 43-81, mai., 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. Complexos agroindustriais e outros complexos. **Reforma Agrária – Ensaios e Debates**, Campinas, Vol. 21, nº 3. p. 4-34, set/dez, 1991.

GREMAUD, AP.; VASCONCELLOS, MAS.; TONETO JR, R. **Economia brasileira contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, AP. **A Crise Agrária**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>> Acesso em 2 jun. 2011.

JUNQUEIRA, CP; LIMA, JF. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/index>> Acesso em: 18 jul. 2011.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural**: conceito e um exemplo de medida. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-409, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v21/v21n3p379.pdf>> Acesso em: 2 set. 2011.

KRETER, ACM. **Avaliação da eficácia e da equidade das aposentadorias no meio rural**. [Mestrado, p. 103]. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004. Disponível em: <https://sistema.planalto.gov.br/.../biblioteca_consulta_ficha> Acesso em: 18 jul. 2011.

KRETER, ACM; BACHA, CJC. Comparação entre os sistemas de Previdência Social Rural no Brasil, Suécia e Canadá. **Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, XLIV Congresso da SOBER, Fortaleza, jul., 2006. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/148.pdf>> Acesso em: 18 jul. 2011.

LENIN, V. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MADEIRA, DC. Trabalhador rural empregado X trabalhador rural em regime de economia familiar (segurado especial): diferenças previdenciárias. **Jus Navigandi, Teresina**, ano 16, n. 2823, 25 mar. 2011. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/18761>>. Acesso em: 18 jul. 2011.

MEDEIROS, L. Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões. Rio de Janeiro: RIAD **Cadernos Temáticos**, n.1, 65p. 1994.

PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Braziliense, 1979. 188p

PROÁLCOOL. Programa Brasileiro de Álcool. Disponível em: <<http://www.biodieselbr.com/proalcool/pro-alcool.htm>> Acesso em: 2 jul. 2011.

RANGEL, I. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 266p. 2000.

REZENDE, GC. Conjuntura macroeconômica e política agrícola no período 1992/97: dos velhos aos novos instrumentos. **Revista de Política Agrícola** - Ano VIII – n.3 - Jul- Ago-Set.1999. Disponível em: <http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/revistaAgricola/rpa-anos-anteriores-1/de-1996-a-1999/Rev_Pol_Agr_v8_n3-1999.pdf> Acesso em 12 jun. 2011.

SAVOLDI, A.; CUNHA, LA. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década. **Revista Geografar Curitiba**, v.5, n.1, p. 25-45, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.ser.ufpr.br/geografar>> Acesso em: 12 jul. 2011.

STOLARSKI, MC; CASTRO, D. Caminhos da Alimentação Escolar no Brasil... análise de uma política pública no período de 2003-2004. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.113, p.31-58, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/rev_pr_113_marcia.pdf> Acesso em: 30 ago. 2011.

TAYRA, F. **O conceito do desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <www.semasa.sp.gov.br/admin/biblioteca/docs/.../conceitodesenvsustent.doc> Acesso em: 2 set. 2011.

TEDESCO, JC. O produtor familiar e a agroindústria. **Caderno de Sociologia**. Porto Alegre, 1994.

TONNEAU, JP.; SABOURIN, E. (Org.). **Agricultura familiar, políticas públicas e dinâmicas locais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

TRIVIÑOS, ANS. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.

VASCONCELOS, Y. **O que é Revolução Verde?** Revista Vida simples, ago.2007. Portal Editora Abril. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/atitude/conteudo_244070.shtml> Acesso em: 2 set. 2011.

VELLOSO, JPR.; ALBURQUERQUE, RC. (Coord.). **Governabilidade e reforma**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

WANDERLEY, MNB. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Passo Fundo: EDIPF, 1995.

WANDERLEY, MNB. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.21, p. 42-61, out. 2003.

WIKIPÉDIA. A **Enciclopédia Livre**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Principal>> Acesso em: 2 set. 2011.

WOORTMANN, K. “Com parente não se negueia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n. 87, p.11-73, 1990.